

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 20260002 - ADECE

PROCESSO NUP 56012.000014/2026-96

LICITAÇÃO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO, ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE EMPREGO, CARREIRA E SALÁRIOS (PECS), APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR), VISANDO APLICAR TÉCNICA MAIS VIÁVEL AO MODELO DE NEGÓCIO DA ADECE.



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 20260002- ADECE – REGIDO PELA LEI Nº 13.303/2016

Processo nº 56012.000014/2026-96

UASG: 943001

Número Comprasnet: 97008/2026

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE, por intermédio da Comissão de Contratação 06 designada por ato do Governador do Estado pelo Decreto Nº 35.987, de 10 de maio de 2024 e pelo Decreto nº 36.446 de 19 de fevereiro de 2025, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de Técnica e Preço por item, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

1.2. Será adotado o modo de disputa **fechado**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

1.3. Não haverá a etapa de lances.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 32.718, de 15 de junho de 2018 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Regulamento de Licitações e Contratos da ADECE, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a **prestação dos serviços para análise, desenvolvimento de estudo, elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS), Aprimoramento da Política de Avaliação de Desempenho e Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), visando aplicar técnica mais viável ao modelo de negócio da ADECE, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.**

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pela Comissão de Contratação 06.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações, da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A Comissão de Contratação 06 atende pelo telefone de nº (85)31259597 e pelo e-mail: cel06@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

I. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **16/JUNHO/2026**

II. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **18/AGOSTO/2026, às 10:00h.**

III. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **18/AGOSTO/2026, às 10:00h.**

6.1. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.2. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarçada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarçada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios da ADECE.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas de consumo conforme do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada à aqueles que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.5. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela entidade demandante da licitação, a empresa:

- I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da entidade demandante da licitação;
- II. Suspensa pela entidade demandante da licitação;
- III. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Estado do Ceará, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

9.5.1. Aplica-se a vedação prevista neste item 9.5:

- I. à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a. Dirigente da ADECE;
 - b. Empregado da ADECE, cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c. Autoridade do ente público a que a ADECE esteja vinculada;
- III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo ADECE há menos de 6 (seis) meses;

9.5.2. Ainda estão impedidos de licitar e contratar:

- I - Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;
- II - Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;
- IV- Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- V. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- VI- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VIII- Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. O presente instrumento convocatório, conforme disposto no art. 47 do Decreto nº 32.718/2018, poderá ser impugnado, motivadamente, por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para o acolhimento das propostas.

10.2. A Comissão de Contratação deverá processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o acolhimento das propostas.

10.3. Julgada a impugnação, conforme previsto no § 2º do art. 47 supracitado, a Comissão de Contratação deverá:

I. Republicar, quando procedente, o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração não comprometer a formulação das propostas;

II. Comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes, passando a integrar a instrução processual

10.4. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, a Comissão de Contratação poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.5. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.6. As impugnações interpostas fora do prazo não serão conhecidas.

10.7. Até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a sessão pública da disputa eletrônica, conforme disposto no art. 48 do Decreto 32.718/2018, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, que deverão ser respondidos pela Comissão de Contratação em até 1 (um) dia útil anterior a data fixada para a o acolhimento das propostas eletrônicas.

10.8. As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar a instrução processual.

10.9. Na impossibilidade de resposta aos pedidos de esclarecimentos até a data fixada para o acolhimento das propostas eletrônicas, e comprovado que o esclarecimento resultará na alteração da formulação da proposta será dado cumprimento ao previsto no inciso I do item 10.3 deste edital.

10.10. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço cel06@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do procedimento, a entidade promotora da licitação e a Comissão de Contratação responsável.

10.11. As decisões de impugnações e esclarecimentos, por parte da Comissão de Contratação serão assistidas pelas áreas responsáveis da entidade demandante mediante parecer técnico ou jurídico, conforme disposto no art. 49 do Decreto Estadual nº 32.718/2018.

10.12. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.13. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.14. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 179.854,40** (cento e setenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no Anexo I.A do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

12.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço, na forma requerida no Anexo I- TERMO DE REFERÊNCIA, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.3. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação da Comissão de Contratação, os documentos de habilitação.

12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 16 do Decreto Estadual nº 32.718/2018. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação, salvo prazo diferente estabelecido em Regulamento Interno da entidade promotora da licitação.

12.5. Por analogia, não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.6. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Comissão de Contratação, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.7. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Comissão de Contratação mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.4 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.8. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

III. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV. Cumpre as exigências de reserva de cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência, conforme disposto no art. 37, VIII da Constituição Federal e em outras normas específicas.

V. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

1 – Realização de processos seletivos;

2 – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

3 – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

4 – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

VI. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem IV.

12.9. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa de consumo conforme inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

12.9.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.9.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.10. A falsidade das declarações de que tratam os incisos do I ao V do item 12.8 acima, sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

12.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos previsto no Termo de Referência.

13.1.1. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela ADECE.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta técnica e a proposta de preços, anteriormente inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública.

14.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão e os licitantes.

14.4. Os licitantes apresentarão simultaneamente as propostas de técnica e de preço.

14.5. Iniciada a sessão pública, a Comissão informará no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos deste edital.

14.5.1. Eventual postergação do prazo a que se refere este subitem deve ser comunicada tempestivamente pela Comissão, via sistema.

14.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.7. O licitante concorrerá com o valor de sua última proposta apresentada até a abertura da sessão pública.

14.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

14.9. Para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.9.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.9.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.9.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.10. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei nº 13.303/2016, nesta ordem:

14.10.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

14.10.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 13.303/2016;

14.10.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.10.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.11.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.11.2. Empresas brasileiras;

14.11.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.11.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.12. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, via sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.12.1. Na impossibilidade do sorteio via sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.13. Na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

14.13.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.13.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

14.14. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.15. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

14.16. A Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação 06 verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016, legislação correlata e no subitem 9.9 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II. Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP, quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões da Comissão de Licitação se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.11, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.15 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão de Contratação verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à

adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.11. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 13.303/2016, **promovendo-se a desclassificação daqueles que:**

I. Contenham vícios insanáveis;

II. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III. Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV. Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação de que trata o § 1º do art. 57 da supracitada Lei, ressalvada a hipótese prevista no caput do art. 34 da mesma Lei;

V. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo órgão ou entidade demandante;

VI. Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

15.14. É indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

15.15. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observada as regras e condições previstas no Anexo I – Termo de Referência ou projeto básico.

15.16. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

15.17. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NPT), de acordo com os parâmetros definidos no Anexo I – Termo de Referência ou projeto básico.

15.18. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas, a Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

15.19. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NPP), de acordo com os parâmetros definidos no Anexo I – Termo de Referência ou projeto básico.

15.20. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com os parâmetros definidos no Anexo I – Termo de Referência ou projeto básico.

15.21. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 14.5 e 14.5.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 16.15 deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, a partir dos parâmetros estabelecidos no art. 58 da Lei Federal nº 13.303/2016.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, a Comissão de Contratação reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pela Comissão de Contratação.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

16.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, nos termos do **Anexo VI– Modelo de Atestado de Realização de Visita Técnica**, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

16.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendada (indicar forma de agendamento), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

16.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Anexo VII– Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria.

16.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

16.14. A realização de vistoria prévia será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08 h às 17 h.

16.15. Os Documentos de Habilitação consistirão de:

16.15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.15.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, ou ÚLTIMO ADITIVO CONSOLIDADO, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de ata da assembleia que elegeu seus atuais Administradores. Em se tratando de sociedades civis, Ato Constitutivo acompanhado de prova de diretoria em exercício, e no caso de empresário individual, o Registro Comercial.

16.15.2. REGULARIDADE FISCAL

16.15.2.1. Prova de situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, através da Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

16.15.2.2. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal.

16.15.3. DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

16.15.3.1. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) atualizado, expedido pela Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG, dispensa o licitante dos documentos citados nos subitens 16.15.1. e 16.15.2. deste Edital. O licitante deverá apresentar a documentação comprobatória do seu representante legal que assina as declarações exigidas neste Edital. Todos os documentos apresentados devem obedecer ao que estabelece o subitem 16.1. deste Edital.

16.15.3.2. Caso o cadastro esteja com algum documento (citado neste Edital) vencido, o licitante deverá apresentar versão atualizada na sessão pública, o referido documento dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação (salvo os documentos acessíveis para consultas em sítios oficiais que poderão ser consultados pela Comissão) com exceção das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (devidamente comprovadas), que se apresentarem alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, seguirão as regras do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.

16.15.3.3. O licitante não cadastrado no CRC junto à SEPLAG/CE deverá apresentar todos os documentos exigidos para a habilitação previstos neste Edital.

16.15.3.4. O licitante vencedor fica obrigado a apresentar no ato da assinatura do contrato o Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

16.15.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.15.4.1. *Comprovação de o licitante possuir como responsável técnico na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico, que comprove a execução de obras ou serviços de características técnicas semelhantes às do objeto da presente licitação.*

16.15.4.2. *A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.*

16.15.4.3. *Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do conselho profissional competente, conforme o caso.*

16.15.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.15.5.1. Prova de valor do Patrimônio Líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação que será apresentada pelo licitante até a data de entrega das Propostas Técnicas e de Preços e dos Documentos de Habilitação, e cuja comprovação será feita através do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já apresentado e entregue na forma da lei.

16.15.5.2. A avaliação para todas as licitantes será apurada através da apresentação do Índice de Liquidez Geral (LG) a seguir definido, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamentos. A fonte do valor considerado deverá ser o Balanço Patrimonial, apresentado na forma da lei. Tratando-se de Sociedade Anônima, deverão ser apresentadas as Demonstrações Contábeis por meio de uma das seguintes formas: publicação em Diário Oficial, ou jornal de grande circulação, ou ainda, através de cópia autenticada dos referidos documentos. Os demais

tipos societários e o empresário individual deverão apresentar cópia autenticada do Balanço Patrimonial, registrado na Junta Comercial da sede da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por meio de Escrituração Contábil Digital (ECD) pelo Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), quando for o caso.

a) Liquidez Geral (LG):

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) > 1,00 (\text{Passível Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

16.15.5.3. CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL do local da sede da licitante, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

16.15.5.3.1. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. Já a licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

16.15.6. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

16.15.6.1. Declaração da LICITANTE comprovando o fiel cumprimento das recomendações determinadas pelo art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, isto é, que não utiliza trabalho de menores de 18 (dezoito) anos na execução de serviços perigosos ou insalubres, nem de menores de 16 (dezesesseis) anos para trabalho de qualquer natureza.

16.15.6.2. Recomenda-se que a Licitante forneça, a título de informação, número de telefone, celular, fixo e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

17. DOS RECURSOS

17.1. As razões de recursos deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a habilitação e contemplação, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do julgamento e verificação da efetividade dos lances ou propostas, conforme § 1º do art. 59 da Lei nº 13.303/2016.

17.1.1. Igual prazo será concedido para a apresentação das contrarrazões que começará a contar do término do prazo do recorrente.

17.2. O recurso, conforme art. 43 do Decreto Estadual nº 32.718/2018, será dirigido em campo próprio do sistema, à Comissão de Contratação que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo-lhe reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.3. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, conforme art. 44 do Decreto Estadual nº 32.718/2018.

17.5. As decisões de recursos, por parte da Comissão de Contratação serão assistidas pelas áreas responsáveis da entidade demandante, conforme disposto no art. 49 do Decreto supramencionado.

17.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

18.3. Na aplicação das sanções conforme disposto no art. 55 do Decreto nº 32.718/2016, deverão ser consideradas as seguintes condições:

I. Razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

II. Danos resultantes da infração;

III. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

IV. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza; e

V. Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.5.1. Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do item 18.1, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.

18.5.2. Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do mesmo item, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado.

18.6. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos, poderão ser aplicadas juntamente a da multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme §2º do art. 83 da Lei nº 13.303/2016.

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II e III do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem III do supracitado inciso, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor da entidade promotora da licitação.

18.9. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016.

18.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execuçãoU+002e

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.2. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital e anexo, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta preferencialmente no Banco Bradesco S.A ou outro banco indicado pelo contratante.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital e anexo, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pela Comissão de Contratação, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.7. Da Subcontratação

20.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

20.8. Da Garantia contratual

20.8.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no item 14 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pela Comissão mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada a Comissão de Contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pela Comissão de Contratação ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Contratação, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I.A - MATRIZ DE RISCO

ANEXO I.B - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

ANEXO I.C - MODELO DE RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA COM COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO

ANEXO I.D- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS

ANEXO II – CARTA- PROPOSTA

ANEXO III – MODELO DE FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO V –MODELO DE PRORROGAÇÃO E REVALIDAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VI – ATESTADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO VII – MODELO DO TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

Fortaleza/CE, 29 de maio de 2026.

Danilo Gurgel Serpa
Diretor-Presidente
ORDENADOR DE DESPESA

Aprovado: _____
Davi Byron Bezerra Pontes Freire
Assessor Jurídico

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 56012.000014/2026-96

UNIDADE REQUISITANTE: DIPLAG/GEAPES

1. UNIDADE DEMANDANTE:

Gerência Administrativa e de Pessoas - GEAPES / Diretoria de Planejamento e Gestão - DIPLAG .

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDANTE

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE, dotada de pessoa jurídica de direito privado, na forma de sociedade de economia mista, regida pelas disposições da Lei das sociedades por ações, estatuto próprio e legislação que lhe for aplicável. É vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE.

A identidade organizacional da ADECE baseia-se nos seguintes pressupostos:

Missão: Executar a política de desenvolvimento econômico e social do Ceará, criando condições para novos negócios e investimentos por meio de incentivos fiscais, patrimoniais, promocionais, projetos estratégicos e microcrédito, visando fortalecer a geração de empregos e a competitividade dos setores econômicos.

Visão: Ser referência nacional como entidade executora da política de desenvolvimento econômico e social, propiciando a melhor ambiência de negócios para atração e expansão dos investimentos.

Valores: Compromisso com o interesse público, a ética e a transparência; Redução das desigualdades regionais; Responsabilidade econômica, social e ambiental; Integração com parceiros públicos e privados; Busca permanente por eficiência e inovação.

1.1.1. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

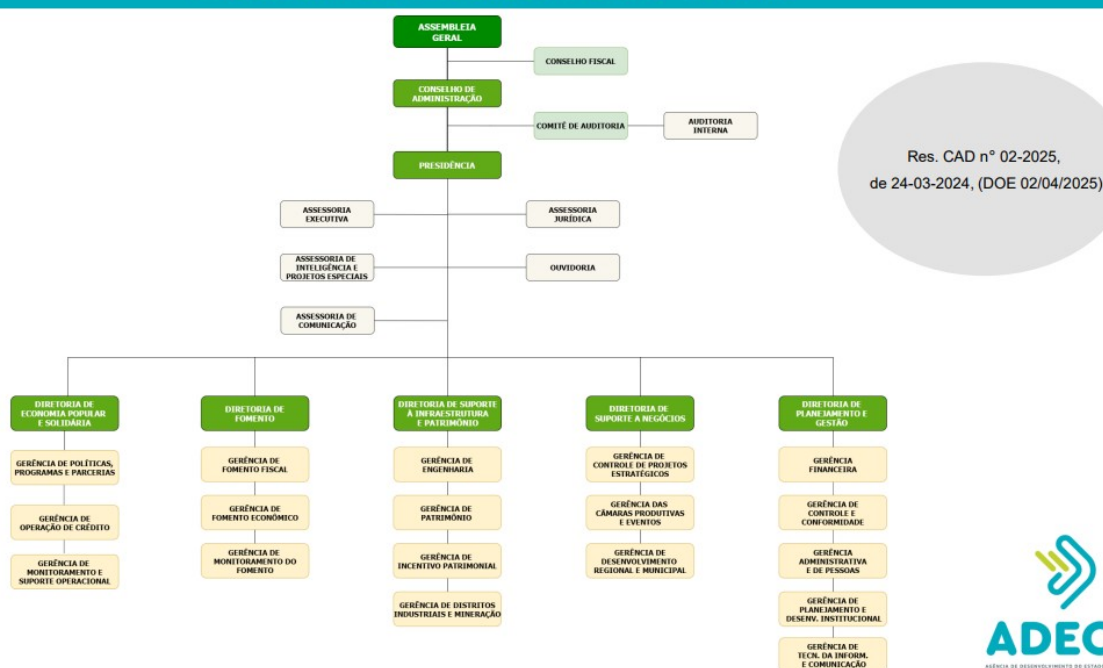
Para o cumprimento de suas finalidades, a ADECE conta com uma estrutura organizacional de 121 empregos, representada pelos quantitativos e organograma abaixo:

Empregos Comissionados	
Descrição	Quantidade
Diretor Presidente	01
Diretor	05
Gerente	22
Assessor I	09
Assessor II	02
Assessor III	04
Assessor IV	06
Total	49

Empregos Terceirizados	
Descrição	Quantidade
Administrador de Redes	01
Analista de Sistema/ Suporte II	04
Assistente Administrativo I	02
Assistente Administrativo III	8
Assistente de Gestão I	5
Assistente de Gestão II	12
Assistente de Gestão IV	2
Assistente Técnico I	9

Assistente Técnico III	4
Assistente Técnico IV	11
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Auxiliar Técnico Administrativo II	4
Auxiliar Técnico Administrativo IV	2
Motoristas	6
Total	72

ORGANOGRAMA 03-2025



2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para análise, desenvolvimento de estudo, elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS), Aprimoramento da Política de Avaliação de Desempenho e Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), visando aplicar técnica mais viável ao modelo de negócio da ADECE.

2.1.1. A execução do objeto terá como base a Estrutura Organizacional através do Organograma (link: <https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2025/04/ORGANOGRAMA-VIGENTE.pdf>), regida pelo Estatuto Social próprio da ADECE (<https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2025/12/ESTATUTO-DEZEMBRO-2025-JUNTA.pdf>), bem como o regimento interno (link: <https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2025/04/REGIMENTO-INTERNO-03.2025.pdf>), buscando um reposicionamento estratégico da função organizacional de Recursos Humanos considerando a sua estrutura burocrática característica de uma Instituição Pública e Aprimoramento da Avaliação de Desempenho, com comprovada capacidade técnica, a ser contratada com recurso próprio desta agência, que tem o propósito de estabelecer e implementar uma estrutura de empregos e respectivos níveis de remuneração, com elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada, para caracterizar os serviços objeto da licitação, assegurar a viabilidade técnica e possibilitar a avaliação dos custos, bem como a definição dos métodos e prazo de execução, de modo a atender aos objetivos e funcionamento da organização.

2.2. Este objeto será realizado através de:

- a) Modalidade: Licitação Regida pela Lei nº 13.303/2016 - art. 28 da Lei nº 13.303/2016
- b) Tipo de Julgamento: Técnica e Preço
- c) Regime de Execução: Empreitada por preço global

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS), e o Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) constituem-se em instrumentos relevantes de gestão e devem estar alinhados às diretrizes estratégicas voltadas à modernização administrativa, considerando o contexto atual, no qual os impactos dos sistemas de recompensa sobre os níveis de entregas das pessoas nas organizações têm sido cada vez mais evidentes. Esses impactos são ainda mais significativos em empresas cujos negócios são fortemente influenciados pelo desempenho humano, como é o caso da Adece, que atua com foco no desenvolvimento de uma visão de mercado com compromisso social, no aumento da eficiência, na eficácia da gestão estratégica, na busca da qualidade total com elevação da produtividade e na efetividade da orientação para resultados. Ressalta-se, ainda, a importância estratégica da captação e manutenção de talentos e habilidades profissionais, bem como a necessidade de realização de levantamento das atribuições, objetivando a efetivação do enquadramento dos empregados. O resultado esperado com a realização destes trabalhos é a criação de um Sistema de Remuneração, Captação e Manutenção de profissionais, consistente e estruturado, baseado em fatores internos e correlacionados a valores de mercado, com a aplicação das mais modernas práticas e técnicas relacionadas ao objeto contratado. Por fim, entende-se que o sistema de remuneração se trata de uma ferramenta necessária para o estabelecimento de uma política salarial justa e competitiva, em benefício da realização da atividade econômica e finalística da ADECE.

3.2. Destaca-se, também, que o Plano de Empregos, Carreiras e Salários assim como o Plano de Participação nos Lucros e Resultados constituem-se instrumentos relevantes de gestão que devem contemplar princípios fundamentais, tais como flexibilidade, mobilidade funcional, motivação profissional e racionalidade administrativa promovendo o estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional, assim como a criação de oportunidades de progressão e promoção funcional, atendendo a níveis de proficiência técnica requeridos pela organização.

3.3. Além disso, espera-se que o Plano de Empregos, Carreiras e Salários e o Plano de Participação nos Lucros e Resultados propiciem um ambiente de busca de resultados, aumento da produtividade individual e coletiva, eliminação de incoerências e distorções que possam causar desequilíbrios salariais ou insatisfações.

3.4. Portanto, torna-se necessário um estudo de alternativas viáveis para a elaboração do Plano de Empregos, Carreiras e Salários e o Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que apresentem uma estrutura de empregos e remuneração compatíveis com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado do Ceará e que permita e incentive, com clareza, o desenvolvimento de carreiras no serviço público estadual, visando a valorização dos empregados, qualificação e desempenho funcional, criando um clima propício à proatividade e criatividade em busca de resultado, em um ambiente otimista e motivador, dando longevidade ao conhecimento e estabelecendo um diferencial competitivo através da gestão de pessoas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	Valor Global
01	Elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego,	SERVIÇO	01	179.854,40

	Carreiras e Salários, Aprimoramento da Política de Avaliação de Desempenho e Plano de Participação nos Lucros e Resultados.			
--	---	--	--	--

Obs: Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as dos sistemas, prevalecerão as deste anexo.

4.2. Das especificações detalhadas do objeto:

4.2.1. A empresa deverá:

4.2.1.1. Desenvolver o Plano de Empregos, Carreiras e Salários da ADECE, com uso de metodologia técnica reconhecida e validada pelo mercado, compreendendo:

a) Diagnóstico situacional, com realização de levantamento de Pesquisa Salarial de mercado para definir uma estrutura salarial compatível com a importância interna dos empregos, contemplando o estudo de práticas de concessão de benefícios.

b) Manter um padrão de remuneração fixa coerente com os objetivos da empresa e o mercado de trabalho, de modo a atrair os melhores profissionais, bem como manter os talentos existentes.

c) Estabelecer diretrizes e procedimentos de administração dos Recursos Humanos, que possibilitem o gerenciamento eficaz dos processos que envolvem a captação, manutenção e desenvolvimento dos melhores talentos.

d) Planejamento do projeto para realização dos trabalhos de implantação do Plano de Empregos, Carreiras e Salários.

e) Elaboração do Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS):

- Das descrições dos empregos públicos (nome do emprego, descrição sumária, descrição detalhada, formação, habilidades), a partir dos quantitativos e das funções definidas pela ADECE;
- Descrição, especificação e perfis dos empregos públicos, com delimitação das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a cada emprego/função;
- Definição das competências técnicas, comportamentais e requisitos para exercício dos empregos;
- Definição das políticas e procedimentos de progressão salarial e promoção nas classes de empregos e nas carreiras;
- Definição das Vantagens;
- Elaboração das descrições sumária e analítica dos empregos que integrarão o quadro básico de pessoal, bem como de seus requisitos de formação e de qualificação com a finalidade de subsidiar a elaboração do edital de concurso público;
- Definição de mecanismos e diretrizes para melhoria da motivação, produtividade e desempenho dos servidores;
- Enquadramento com as respectivas regras, e efeitos para os funcionários que permanecerem no plano antigo;
- Definição de diretrizes de estímulo à qualificação e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores buscando a qualidade da prestação dos serviços;

- Definição de níveis de remuneração correspondentes à complexidade do trabalho realizado, às diferenças existentes entre as diversas funções exercidas, respeitando as peculiaridades, natureza, complexidade e graus de escolaridade e experiência exigidos para o desempenho das atribuições conferidas aos empregos;

Realização de estudo preliminar de simulação da folha de pagamento com vistas a facilitar o processo decisório na opção por tabelas de vencimentos e concessão de gratificações.

f) Implantação do Plano de Empregos, Carreiras e Salários, incluindo treinamento dos profissionais, visando subsidiar todos os processos relacionados à implantação e acompanhamento do plano e definição do plano de comunicação interna;

g) Estabelecimento de programa de critérios, verificação e avaliação periódica alinhada diretamente com a política de desempenho existente na ADECE - Avaliação de Desempenho;

h) Definição do Grupo de Trabalho composto por empregados da ADECE, responsável pelo acompanhamento da realização do trabalho, junto à empresa contratada, nomeados através de Portaria;

i) Divulgação do trabalho e sensibilização de todos os empregados;

j) A fiscalização ficará a cargo da Gerência Administrativa e de Pessoas;

k) A contratada deverá apresentar o plano de comunicação ao Grupo de Trabalho, a ser utilizado ao longo da execução dos serviços, sendo de responsabilidade da contratada elaborar e executar as atividades de divulgação do trabalho executado, durante todo o tempo de vigência do contrato na sede da ADECE, em Fortaleza/CE, prevendo a participação, durante as etapas, de representantes da equipe técnica da ADECE;

l) No desenvolvimento dos trabalhos deverão ser previstas entrevistas, levantamentos de dados e informações, reuniões programadas com dirigentes, gestores, colaboradores e equipe técnica do projeto, bem como observação pessoal e planejamento das soluções;

m) Realizar o redimensionamento das Diretorias com quantitativos, qualificações e atribuições dos empregos.

4.2.1.2. Desenvolver o Plano de Participação nos Lucros e Resultados da ADECE, com uso de metodologia técnica adequada ao negócio executado pela ADECE, devidamente reconhecida e validada pelo mercado, compreendendo:

a) Diagnóstico situacional, com realização de análise do negócio executado pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE; Avaliação da abrangência do Plano conforme o negócio executado pela ADECE de acordo com sua estrutura organizacional;

b) Estabelecer diretrizes coerentes de procedimentos para melhor desenvolver o Plano junto à área de Recursos Humanos, que possibilitem o gerenciamento eficaz do processo que envolve a captação, manutenção e desenvolvimento dos melhores talentos.

c) Planejamento das metas para realização dos trabalhos de implantação do Plano de Participação dos Lucros e Resultados.

d) Elaboração do Plano de Participação dos Lucros e Resultados (PLR):

- Das descrições das entregas dos empregos públicos (nome do emprego, descrição sumária, descrição detalhada, formação, habilidades), a partir dos quantitativos e das metas definidas pela ADECE;
- Descrição, especificação das metas e perfis dos empregos públicos, com delimitação das metas inerentes a cada emprego/função;

- Definição das competências técnicas, comportamentais e requisitos para exercício dos empregos;
- Definição das políticas e procedimentos de progressão salarial e promoção nas classes de empregos e nas carreiras na distribuição do PLR;
- Definição das Vantagens;
- Elaboração das descrições sumária e analítica das metas dos empregados;
- Definição de mecanismos e diretrizes para melhoria da motivação, produtividade e desempenho dos servidores com o PLR;
- Enquadramento com as respectivas regras, e efeitos para os funcionários que permanecerem no plano antigo;
- Definição de diretrizes de estímulo à qualificação e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores buscando a qualidade da prestação dos serviços;
- Definição de níveis de distribuição do PLR correspondentes à complexidade do trabalho realizado, às diferenças existentes entre as diversas funções exercidas, respeitando as peculiaridades, natureza, complexidade e graus de escolaridade e experiência exigidos para o desempenho das atribuições conferidas aos empregos; assim como a política a ser desenvolvida;
- Realização de estudo preliminar de simulação da folha de pagamento com vistas a facilitar o processo decisório na opção por tabelas flexíveis e variáveis de distribuição do PLR.

e) Implantação do Plano de Participação nos Lucros e Resultados, incluindo treinamento dos profissionais do Recursos Humanos, visando subsidiar todos os processos relacionados à implantação e acompanhamento do plano e definição do plano de comunicação interna;

f) Estabelecimento de datas e prazos de programa de verificação e avaliação periódica do desempenho dos funcionários - Avaliação de Desempenho e se o resultado incidirá direta ou indiretamente na distribuição do PLR;

g) Definição do Grupo de Trabalho composto por empregados da ADECE, responsável pelo acompanhamento da realização do trabalho, junto à empresa contratada, nomeados através de Portaria;

h) Divulgação do trabalho e sensibilização de todos os empregados para elaboração do Plano;

i) A fiscalização ficará a cargo da Gerência Administrativa e de Pessoas;

j) A contratada deverá apresentar o plano de comunicação ao Grupo de Trabalho, a ser utilizado ao longo da execução dos serviços, sendo de responsabilidade da contratada elaborar e executar as atividades de divulgação do trabalho executado, durante todo o tempo de vigência do contrato na sede da ADECE, em Fortaleza/CE, prevendo a participação, durante as etapas, de representantes da equipe técnica da ADECE;

k) No desenvolvimento dos trabalhos deverão ser previstas entrevistas, levantamentos de dados e informações, simulações, verificações de sistemas de folha, identificação de tributação específica, reuniões programadas com dirigentes, gestores, colaboradores e equipe técnica do projeto, bem como observação pessoal e planejamento das soluções para melhor aplicação do plano.

4.2.2. Descrição dos Serviços

4.2.2.1. Planejamento do Projeto

4.2.2.1.1. Especificar, de maneira clara e objetiva, cada etapa do projeto, recursos a serem utilizados, responsabilidade técnica, prazo para execução de todas as atividades, entrega dos produtos previstos na contratação e procedimentos de homologação, que serão definidos em conjunto com a ADECE, por meio de cronograma contendo principais marcos e indicando prazos iniciais e finais.

4.2.2.1.2. Deverá ser planejado o diagnóstico e pesquisa *in loco* no mínimo em 2 (duas) vezes, além de realizar, sistematicamente, reuniões com dirigentes da ADECE para o acompanhamento dos trabalhos e validação dos resultados.

4.2.2.1.3. Essa etapa deve ter início tão logo seja firmado o contrato.

4.2.2.1.4. O relatório desta etapa deverá ser entregue em meio físico e eletrônico, no prazo definido pela ADECE, conforme cronograma de trabalho a ser estabelecido entre as partes, consoante ao item supramencionado, contendo todos os instrumentos e ferramentas utilizadas pela contratada, relatórios de reuniões, pareceres técnicos e outros documentos desenvolvidos e será considerada finalizada somente quando recebido o aceite e aprovação da área técnica da contratante responsável pelo projeto.

4.2.2.2. Diagnóstico

4.2.2.2.1. Esta etapa compreende a realização de levantamentos, diagnósticos e pesquisa das atribuições dos empregos, das competências, atitudes e habilidades desejáveis e necessárias às carreiras e identificação dos empregos e carreiras que integrarão o quadro básico de pessoal da ADECE, visando o cumprimento de sua missão permanente do plano de empregos atual, dos salários, com abordagem teórico-conceitual, de forma a identificar o modelo de gestão e estrutura da empresa e alinhar o desenho da política de recompensa proposta com a estratégia de negócios, cultura organizacional e necessidades da ADECE.

4.2.2.2.2. Análise da estrutura organizacional da empresa, a natureza da ADECE e sua sujeição às normas e legislação vigentes, modelo de governança corporativa, estratégia de negócios, modelo de operação, desafios, fatores críticos de sucesso, diferenciais de mercado, cultura organizacional, percepção dos principais executivos da empresa sobre política de recompensa, os processos de trabalho, os empregos e remunerações existentes, as atividades propostas para cada área, a política de gestão de pessoas e outros pontos julgados relevantes e pertinentes para o trabalho de diagnóstico.

4.2.2.2.3. Realização de pesquisa salarial de mercado, abrangendo setores público e privado, prioritariamente com foco em entidades de desenvolvimento econômico e fomento, necessária à elaboração do plano, contemplando o estudo das práticas e definição de concessão de benefícios, tais como: gratificações, licenças, desenvolvimento profissional, entre outros.

- Realizar pesquisa em, no mínimo, 3 (três) organizações congêneres, adotando-se o método de levantamento que se mostrar mais viável técnica e operacionalmente no momento da execução, mediante comum acordo entre ADECE e contratada.
- Tabular os dados coletados e apresentá-los ao grupo de trabalho e Diretoria, oferecer retorno do resultado da pesquisa, para as organizações participantes, realizar análise da pesquisa, comparando-a à realidade da ADECE.

4.2.2.2.4. Realização de estudos do impacto financeiro resultante e simulações de custos para implantação.

4.2.2.2.5. Entrega de relatório de diagnóstico, contendo a análise dos itens anteriores, que deverá ser entregue em meio físico e eletrônico, no prazo definido pelo cronograma, contendo os instrumentos e ferramentas utilizadas pela contratada, relatórios de reuniões,

documentos/pareceres técnicos desenvolvidos e será considerada finalizada somente quando recebido o aceite e aprovação da área técnica da contratante responsável pelo projeto.

4.2.2.2.6. Apresentação presencial dos resultados do diagnóstico aos grupos definidos pela contratante.

4.2.2.3. Elaboração do Plano de Empregos, Carreiras e Salários e o Plano de Participação nos Lucro e Resultados.

4.2.2.3.1. Nesta etapa a contratada deverá formular um plano, alinhado às melhores práticas do mercado e às necessidades da empresa de estabelecer uma moderna política salarial que promova atração, retenção e motivação de pessoas, bem como elevação da produtividade focada nos resultados, tendo por diretriz a gestão por competências.

4.2.2.3.2. Esta etapa compreende:

a) Desenho e proposição da estrutura de empregos e carreiras adequadas ao negócio, cultura e natureza jurídica da ADECE;

b) Elaboração das descrições de empregos, com suas respectivas atribuições, deveres, responsabilidades, requisitos para provimento e competências técnicas e habilidades exigidas para sua ocupação;

c) Definição das políticas de encarreiramento, progressão funcional e das promoções;

d) Definição do método de avaliação periódica de desempenho para aplicação da promoção de merecimento;

e) Estrutura de remuneração e tabela salarial, acompanhada de proposta de benefícios e vantagens, quais sejam: indenizações, gratificações e adicionais;

f) Integração da proposta do plano com a estrutura de empregos e remunerações comissionadas, apontando estratégia global de remuneração;

g) Mapeamento e definição das competências e perfis dos empregos;

h) Definição do plano de capacitação, desenvolvimento e educação;

i) Definição do plano de ações para a segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho.

4.2.2.3.3. A proposta do plano deverá vir acompanhada das seguintes entregas:

a) Treinamento dos profissionais da ADECE, visando subsidiar todos os processos relacionados à implantação e acompanhamento do referido plano;

b) Treinamento da equipe técnica da ADECE, coordenadora do projeto, nos processos relacionados à implantação, aprovação e acompanhamento do referido plano;

c) Definição das formas de acompanhamento, manutenção, gerenciamento e avaliação dos resultados;

d) Análise e relatório de impacto financeiro decorrente da implantação do plano, com projeção para um período de 5 (cinco) anos;

e) Plano de Comunicação (divulgação do trabalho e sensibilização de todos os empregados).

f) Instrumentos e ferramentas utilizadas pela contratada, relatórios de reuniões, pareceres técnicos e documentos desenvolvidos.

4.2.2.3.4. O Plano de Emprego, Carreiras e Salários e Plano de Participação nos Lucros e

Resultados da ADECE proposto deverá estar fundamentado e justificado, considerando:

- a) A utilização de metodologia reconhecida no mercado;
- b) As condições técnicas de homologação junto ao órgão governamental competente, no formato e padrão exigido pela legislação vigente;
- c) A adequação à realidade da ADECE e sua natureza jurídica;
- d) A contratada fará a apresentação do plano de trabalho, específico para esta etapa, à equipe técnica da área contratante, que fará análise e, após a aprovação, dará o 'de acordo' no roteiro definido como atividades a serem desenvolvidas pela contratada;

4.2.2.3.5. Deverá ser fornecido Manual do Plano de Emprego, Carreiras e Salários e Plano de Participação nos Lucros e Resultados, em meio físico e eletrônico, de forma a orientar sua implantação e manutenção.

4.2.2.3.6. Caberá à contratada realizar todos os ajustes, atualizações, correções e/ou revisões que possam ser exigidos pela Equipe Técnica da ADECE, responsável pela homologação dos planos.

4.2.2.4. Do estabelecimento de programa de verificação e avaliação periódica do desempenho dos funcionários - Avaliação de Desempenho

4.2.2.4.1. Esta etapa compreende a elaboração e o estabelecimento de um programa de verificação e avaliação periódica do desempenho dos funcionários, considerando o Plano de Emprego, Carreiras e Salários proposto e o resultado do diagnóstico.

4.2.2.4.2. O relatório desta etapa deverá ser entregue meio físico e eletrônico, no prazo definido pela ADECE, conforme cronograma de trabalho a ser estabelecido entre as partes, contendo todos os instrumentos e ferramentas utilizadas pela contratada, relatórios de reuniões, pareceres técnicos e outros documentos desenvolvidos e será considerada finalizada somente quando recebido o aceite e aprovação da área técnica da contratante responsável pelo projeto.

4.2.2.5 Implantação do Plano de Emprego, Carreiras e Salários e Plano de Participação nos Lucros e Resultados e Plano de Comunicação:

a) O planejamento da implantação do Plano de Emprego, Carreiras e Salários como o Plano de Participação nos Lucros e Resultados deverá ser efetuado em parceria com a equipe técnica da ADECE, responsável pela coordenação dos trabalhos junto à empresa contratada;

b) A proposta de implantação deverá conter um cronograma contendo principais marcos e plano de comunicação interna;

c) A empresa contratada, em parceria com a equipe técnica da ADECE responsável pela coordenação dos trabalhos, deverá documentar todo o processo de implantação dos Planos, além de definir, junto ao grupo de trabalho, cronograma de implantação do novo plano regulamentado;

d) Realizar reuniões envolvendo todos os empregados na apresentação do resultado do trabalho realizado;

e) Preparar as lideranças, através de workshops, a importância de sua atuação, junto a suas equipes, na condução dos ajustes de cada emprego e função, que se fizerem necessários;

f) A contratada deverá realizar o acompanhamento e prestar suporte durante todo o processo de implantação dos planos até o término da vigência do contrato.

g) O relatório desta fase deverá ser entregue em meio físico e eletrônico, no prazo definido pela ADECE, contendo todos os instrumentos e ferramentas utilizados pela contratada, relatórios de reuniões, pareceres técnicos e documentos desenvolvidos e será considerada finalizada

somente quando recebido o aceite e aprovação da área contratante.

4.2.3. Do acompanhamento

a) Durante a vigência do contrato, sua execução será acompanhada por empregados designados pela Contratante, sob a formação de um Grupo de Trabalho;

b) As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes empregados designados deverão ser submetidas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;

c) A contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração da ADECE, durante todo o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que necessário.

d) A contratada deverá realizar, de acordo com a periodicidade a ser acordada com a contratante, o reporte das atividades em andamento, informando ações, status dos trabalhos, realizado e a realizar, durante toda a vigência do contrato.

e) A contratada deverá realizar o acompanhamento e prestar suporte durante toda vigência do contrato.

f) A contratada poderá ser demandada a efetuar ajustes e complementações, decorrentes da execução contratual, conforme necessidade da ADECE, devendo realizá-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

4.2.4. Dos resultados a serem apresentados

4.2.4.1. Plano de Emprego, Carreiras e Salários, contendo:

a) Estrutura organizacional e funcional aprovadas;

b) Descrição do emprego, com definição de papéis e perfis com base em competências, necessárias a cada um;

c) Tabela salarial com as devidas promoções e progressões;

d) Cesta de benefícios;

e) Plano de Participação nos Lucros e Resultados;

f) Política da Avaliação de Desempenho Atualizada;

g) Plano de Emprego, Carreiras e Salários aprovado e critérios para manutenção do mesmo.

4.2.5. Havendo viabilidade, as etapas poderão ser realizadas simultaneamente.

4.3. Cronograma de trabalho:

4.3.1. A CONTRATADA poderá propor plano de trabalho e cronograma contendo início e término, os quais serão analisados e submetidos à aprovação da CONTRATANTE.

4.3.1.1. O cronograma a ser proposto terá como referência o cronograma abaixo, o qual poderá ser ajustado ou substituído, desde que devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO PARA EXECUÇÃO
1	Planejamento do Projeto.	Até 1 mês

2	Diagnóstico.	Até 2 meses
3	Elaboração do Plano de Empregos, Carreiras e Salários e Plano de Participação nos Lucros e Resultados.	Até 2 meses
4	Do estabelecimento de programa de verificação e avaliação periódica do desempenho dos funcionários - Avaliação de Desempenho.	Até 1 mês
5	Implantação do Plano de Emprego, Carreiras e Salários, do Plano de Participação nos Lucros e Resultados e Plano de Comunicação.	Até 4 meses
6	Acompanhamento Pós-Implantação.	Até 2 meses

4.3.2. O cronograma contempla que a CONTRATADA efetuará todas as entregas até o final da data apresentada em relação ao término do contrato.

4.3.3. Na etapa de Acompanhamento Pós-Implantação, a CONTRATADA deve continuar prestando todo o suporte necessário à CONTRATANTE, com ajustes e adaptações necessárias, até o término da vigência do contrato.

4.3.3.1. A contratada poderá ser demandada, a qualquer tempo, a efetuar ajustes e adaptações, conforme necessidade da ADECE, devendo realizá-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

4.4. Visita Técnica

4.4.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da Proposta Comercial, a Licitante poderá realizar visita técnica nas instalações da ADECE, onde será acompanhada por funcionários da Gerência Administrativa e de Pessoas, de segunda a sexta, das 8h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail kamila.ferreira@adece.ce.gov.br. Depois de realizada a visita, o Representante da Licitante receberá um atestado de realização de visita técnica, conforme modelo ANEXO VI. *O atestado deverá, obrigatoriamente, ser apresentado na fase de habilitação.*

4.4.2. O prazo para visita iniciará no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a abertura da licitação.

4.4.3. A LICITANTE que optar por não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração conforme modelo ANEXO VII. *A declaração deverá, obrigatoriamente, ser apresentada na fase de habilitação.*

4.5. Habilitação técnica

4.5.1. Comprovação de que a empresa licitante presta ou prestou, serviço de natureza semelhante ao indicado no objeto deste termo de referência.

4.5.2. Apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, na forma do art. 58 da Lei nº. 13.303/2016, mediante atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente assinado(s), carimbado(s) e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, e deverá conter:

- Identificação da razão social da licitante como prestadora dos serviços;
- Identificação, constando nome completo do signatário;
- CNPJ;
- Endereço completo da Contratante e da Contratada;

e) Características dos serviços realizados, período de realização, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado, sem rasuras ou entrelinhas;

f) Número de empregados contemplados no plano;

g) Manifestação expressa da empresa-cliente quanto à qualidade dos serviços prestados pela licitante;

h) Discriminar os serviços prestados;

i) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante, empresas controladas ou controladoras e/ou que possuam sócios em comum com a proponente;

j) Comprovação de que a empresa licitante possui equipe técnica mínima para a execução dos serviços, sendo composta por 03 (três) profissionais, exercendo as funções de Responsável Técnico, Coordenador Geral e Assistente, onde pelo menos um dos membros deve possuir graduação em Administração ou Gestão de Recursos Humanos, e os demais nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Psicologia, Direito ou Gestão de Recursos Humanos, todos devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe; com experiência em Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS) e Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), além de cursos de formação complementar e/ou cursos de especialização na área.

k) Durante a execução do contrato, os profissionais indicados na proposta somente poderão ser substituídos por outros de igual ou superior qualificação técnica, devidamente comprovada, mediante prévia autorização da ADECE, sendo que todas as despesas operacionais correrão por parte da Contratada.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios da ADECE.

6. ASPECTOS INERENTES A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços contratados terão início a partir da expedição da Ordem de Serviço emitida pelo Gestor do Contrato.

6.2. Serão solicitados ao contratado relatórios detalhados acerca do andamento dos serviços prestados.

6.3. Os relatórios atualizados serão utilizados para fins de aferição da efetiva execução do serviço.

6.4. Entrega

6.4.1. Regras gerais:

a) Para cada etapa concluída, a empresa deverá apresentar relatório de conclusão e documentação relativa à execução dos serviços realizados, especificados no item 4 deste Termo de Referência e seus subitens.

b) Todos os relatórios/documentos devem ser entregues nos formatos originais, editáveis, em meio físico e eletrônico.

6.4.2. Quanto ao recebimento:

a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada.

b) DEFINITIVAMENTE, por pessoa ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

6.4.2.1. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 155 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

6.4.3. O fornecimento fora das especificações e características descritas neste Termo de Referência importará na sua não aceitação. O objeto será devolvido, devendo ser corrigido, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação de penalidade.

6.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de qualidade do serviço, ou disparidade com as especificações contidas neste termo, e posteriormente comprovadas pela CONTRATANTE.

6.4.5. Horário de entrega:

a) As entregas deverão ser efetuadas de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8h às 17h.

6.4.6. Prazo de entrega:

a) Os entregáveis serão recebidos em etapas, conforme cronograma - subitem 4.3.

6.4.7. Local de entrega:

a) Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE na Av. Washington Soares, 999, Pavilhão Leste, Portão D, 2º Mezanino – CEP 60811-341 – Guararapes – Fortaleza – Ceará.

6.4.8. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7. DO CUMPRIMENTO

7.1. Os serviços objeto deste termo terão o prazo de execução contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo Gestor do Contrato, e se findará com o prazo da vigência contratual.

7.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016, devendo ter publicação na forma do art. 51, § 2º da Lei Federal nº 13.303/2016.

7.2.1. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados, por acordo entre as partes, nos termos do art. 72, da Lei nº 13.303/2016;

7.2.2. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pelo Fiscal de Contrato da ADECE;

7.2.3. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Assessoria Jurídica da ADECE, até 60 (sessenta) dias antes da data do término de cada prazo mencionado acima.

7.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela ADECE, não serão considerados como descumprimento contratual.

7.4. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o §1º do art. 81 da Lei Federal 13.303/2016.

7.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes (§ 2º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016).

7.6. Se no contrato não houver sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos na subcláusula 7.4.

7.7. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicará na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

7.8. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da contratada, a ADECE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

7.9. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos serviços será efetuado conforme conclusão e entrega das etapas, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente prestados no mês, no protocolo da ADECE (protocolo@adece.ce.gov.br) até o dia 5 do mês subsequente à realização dos serviços, considerando como hábil o próximo dia útil, no caso de finais de semana ou feriados, juntamente com a documentação disposta no subitem 8.3., para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato, conforme percentuais da tabela abaixo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	% DE PAGAMENTO*
1	Planejamento do Projeto	10%
2	Diagnóstico	20%
3	Elaboração do Plano de Empregos, Carreiras e Salários e Plano de Participação nos Lucros e Resultados.	25%
4	Estabelecimento de programa de verificação e avaliação periódica do desempenho dos funcionários - Avaliação de Desempenho	10%
5	Implantação Plano de Emprego, Carreiras e Salários e Plano de Participação nos Lucros e Resultados e Plano de Comunicação	25%
6	Acompanhamento Pós-Implantação	10%

*Percentual de pagamento incidente sobre o valor global do contrato, condicionado à efetiva entrega e aceite da respectiva etapa.

8.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela ADECE, os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente em nome da contratada, até 15 (quinze) dias do recebimento da fatura no protocolo da ADECE.

8.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.1.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se este não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

8.1.4. O pagamento será efetuado de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela detalhada no subitem 8.1, condicionado à aceitação pela CONTRATANTE dos respectivos relatórios de cada etapa.

8.1.5. O percentual correspondente à Etapa 6, será pago de forma fracionada, em parcelas mensais, até o término da vigência contratual, condicionado à efetiva prestação do suporte e à aprovação do fiscal do contrato.

8.2. A ADECE deverá sustar os pagamentos, nas seguintes hipóteses:

- a) Má prestação dos serviços.
- b) Não cumprimento dos prazos, em desobediência às condições estabelecidas na Autorização de Serviço.
- c) Não apresentação dos documentos exigidos no subitem 8.3.1.
- d) Erro ou vício da fatura, notas fiscais ou recibos.
- e) Outras situações que o interesse público justificar.

8.3. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

8.3.1. CND's Negativas - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; ou CRC – Certidão Seplag – Portal Compras;

8.3.2. Relatórios de conclusão e documentação relativa à execução dos serviços realizados.

8.4. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade;

8.5. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

8.6. Fica assegurado à ADECE o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da Contratada, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

8.7. Sobre atualização anual:

8.7.1. O contrato deverá sofrer reajuste anual, a ser solicitado pela Contratada, no intervalo mínimo de 1 (um) ano da data de assinatura do contrato.

8.7.2. O índice base do referido reajuste será o IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à ADECE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a ADECE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias, contado da notificação.

9.4. O serviço deverá ser executado dentro do prazo de vigência contratual, a contar da data da emissão da ordem de serviço.

9.5. Havendo a utilização de sistema da contratada, este não poderá causar transtornos à infraestrutura de tecnologia da informação, devendo se adequar às políticas de utilização de recursos tecnológicos, sendo de responsabilidade do setor de TI da ADECE a validação de sua adequabilidade.

9.6. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, seguros, encargos sociais, viagens aéreas, estadias em hotéis, deslocamentos em terra, comunicações, encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, não transferindo a responsabilidade à ADECE para nenhum fim de direito.

9.7. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela ADECE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da ADECE.

9.10. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

9.11. Manter sigilo de todos os dados e informações que tiver acesso por ocasião da prestação dos serviços contratados, considerando que receberá informações confidenciais a respeito da CONTRATANTE.

9.12. Quaisquer ações ou decisões decorrentes de informações obtidas deverão estar respaldadas em documentos ou memórias de reunião, devidamente assinados e aprovados.

9.13. Toda a documentação produzida deverá ser entregue na forma impressa e em formato eletrônico, sem proteção de senha ou qualquer meio que restrinja o acesso aos dados, textos, valores, fórmulas ou códigos de programação.

9.14. Fica proibida a utilização do texto do documento elaborado, no todo ou em parte, pela CONTRATADA, para qualquer fim alheio ao deste Projeto, sem prévia autorização da ADECE. A inobservância destas condições implicará o cancelamento do Contrato sem prejuízo das penalidades legais decorrentes.

9.15. O nome ou logomarca da ADECE não poderá ser utilizado pela CONTRATADA para quaisquer fins alheios ao objeto da contratação, sem a prévia anuência por escrito da ADECE.

- 9.16. Proporcionar todos os recursos indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.
- 9.17. Ser responsável interinamente por todos os profissionais necessários à completa execução do serviço contratado, dispondo de pessoal técnico capacitado, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes de eventuais despesas.
- 9.18. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, através de um grupo de trabalho de empregados indicados, cumprindo todas as orientações, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, para o fiel desempenho das atividades contratadas.
- 9.19. Responsabilizar-se pela disponibilização de empregados em quantidade suficiente para o perfeito atendimento do contrato, bem como de materiais e ferramentas necessárias.
- 9.20. Manter todos seus empregados devidamente identificados.
- 9.21. Entregar ao Gestor do Contrato, listagem indicativa com nomes, contatos e funções de todos os empregados, a serem utilizados na execução dos serviços, mantendo-a sempre atualizada.
- 9.22. Indenizar, imediatamente, danos ou prejuízos eventualmente causados por seus empregados às instalações, mobiliário, máquinas e os demais pertences da CONTRATANTE.
- 9.23. Abordar os empregados da Contratante dispensando tratamento eficiente e cortês.
- 9.24. Registrar em relatórios de atendimento todas as reuniões de serviço entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, com o objetivo de validar os entendimentos ocorridos e também para que ambas tomem as providências necessárias ao desempenho de suas tarefas e responsabilidades, em até 5 (cinco) dias úteis após a realização do contato.
- 9.25. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato, sem prévia e formal autorização da CONTRATANTE.
- 9.26. Realizar capacitação à equipe interna da CONTRATANTE responsável pelo projeto, que propicie o conhecimento da metodologia e da ferramenta utilizada para desenvolver o projeto.
- 9.27. Entregar os produtos nas condições e prazos especificados neste Termo de Referência assim como planejamento entregue pela contratada e aprovado pela contratante.
- 9.28. Atender às determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de ordem de serviço.
- 10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.
- 10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.5. A ADECE indicará técnico que ficará responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.
- 10.6. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- 10.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a ADECE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e art. 165 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, as seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência

11.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota fiscal ou instrumento equivalente e rescisão contratual, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada apenas a multa.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota fiscal ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;

d) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor da nota fiscal o ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência;

e) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela ADECE.

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ADECE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.2. A multa a que porventura a contratada der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a ADECE o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

11.3. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a contratada recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da ADECE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

11.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade, previsto no Capítulo V, Seção VII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

11.5. As sanções previstas em 11.1.1 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

11.6. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

12. DA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A execução contratual será gerenciada pelo(a) Diretor(a) da Diretoria de Planejamento e Gestão - DIPLAG, a Sra. Maria Inês Cavalcante Studart Menezes, especialmente designado(a) para este fim pela ADECE, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual, conforme previsto no art. 148 e demais dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

12.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Gerente da Gerência

Administrativa e de Pessoas, a Sra. Kamila Pinto Ferreira, especialmente designado(a) para este fim pela ADECE, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual, conforme previsto no art. 148 e demais dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

12.3. Na ausência do Gestor e/ou do Fiscal do Contrato mencionados nos itens acima, o ocupante do emprego temporário ou definitivo assumirá essas obrigações.

12.4. No caso de vacância, será nomeado substituto de função equivalente por portaria.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA, DE EXECUÇÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua celebração.

13.2. O prazo de execução do contrato se inicia a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente, emitida pelo Gestor do Contrato, e findará com a vigência do contrato.

13.3. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no art. 134 e seguintes do Regimento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

13.4. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 126, §5º do Regimento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

13.5. A publicação resumida do contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

14. DA GARANTIA

14.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor deste contrato, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

14.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa prevista na alínea “a” da cláusula décima quarta deste contrato.

14.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, a título de garantia. Não sendo suficiente o valor retido, a CONTRATANTE poderá promover a rescisão contratual.

14.3.1. O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

14.3.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia previstas no art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

14.4. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

14.5. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a contratada sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei no 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

15.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3. Indenizações e multas.

15.3. A ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 160, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE, será causa para sua rescisão, na forma do art. 161 do mesmo diploma legal.

15.4. A rescisão do contrato, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas na Lei no 13.303/2016 permite à CONTRATANTE, nos termos do art. 162 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE:

15.4.1. Executar a garantia contratual, para eventuais ressarcimentos, bem como para o adimplemento de multas e indenizações porventura devidas pela contratada.

15.4.2. Reter créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à ADECE. 15.5. A qualquer tempo, a CONTRATANTE mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, poderá rescindir este contrato por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, desde que justificada, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

16. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As partes declaram ciência dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - "LGPD"), bem como que os dados pessoais dos envolvidos nesta contratação serão sigilosos e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir a proteção de dados pessoais na extensão autorizada na referida LGPD.

16.2. Os representantes legais supracitados autorizam, desde já, o compartilhamento dos seus dados pessoais, coletados neste instrumento, para uso da formalização e da operacionalização exclusiva deste contrato.

17. DOS ANEXOS

17.1. ANEXO I.A - MATRIZ DE RISCO

17.2. ANEXO I.B - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

17.3. ANEXO I.C - MODELO DE RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA COM COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO

17.4. ANEXO I.D- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS

ANEXO I.A - MATRIZ DE RISCO

RISCO 01						
Descrição: Descumprimento do cronograma						
PROBABILIDADE		BAIXO	x	MÉDIO		ALTO
IMPACTO		BAIXO		MÉDIO	x	ALTO
DANO						
1. Atraso na implantação do PECS, PLR e Política de Avaliação de Desempenho.						
AÇÃO PREVENTIVA					RESPONSÁVEL	
Estabelecimento de cronograma detalhado e realização de reuniões de acompanhamento					GEAPES/DIPLAG/CONTRATADA	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA					RESPONSÁVEL	
Replanejamento das etapas, priorização de entregas e aplicação de sanções contratuais, se cabível.					GEAPES/DIPLAG/CONTRATADA	

RISCO 02						
Descrição: Entregas em desconformidade com o objeto						
PROBABILIDADE	x	BAIXO		MÉDIO		ALTO
IMPACTO		BAIXO		MÉDIO	x	ALTO
DANO						
1. Necessidade de retrabalho, atraso nas aprovações internas e risco de implantação de planos inadequados.						
AÇÃO PREVENTIVA					RESPONSÁVEL	
Definição clara dos requisitos técnicos da contratação e entregas esperadas, além de análise e validação das entregas em cada fase.					GEAPES/DIPLAG	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA					RESPONSÁVEL	
Notificação da contratada para correção imediata e reapresentação até atendimento integral às especificações. Realização de ajustes para adequação.					GEAPES/DIPLAG/CONTRATADA	

RISCO 03						
Descrição: Necessidade de adaptações no escopo durante a execução						
PROBABILIDADE	x	BAIXO		MÉDIO		ALTO
IMPACTO		BAIXO	x	MÉDIO		ALTO
DANO						
Aumento de prazo, impacto nos custos, além de necessidade de aditivos contratuais.						
AÇÃO PREVENTIVA					RESPONSÁVEL	
Detalhamento adequado das especificações do objeto.					GEAPES/DIPLAG	

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Análise técnica e minuciosa da necessidade da mudança, formalização de aditivos quando cabível e readequação do cronograma.	GEAPES/DIPLAG

RISCO 04						
Descrição: Resistência interna à implementação das mudanças.						
PROBABILID ADE		BAIXO	x	MÉDIO		ALTO
IMPACTO		BAIXO		MÉDIO	x	ALTO
DANO						
Atraso na implantação dos planos, comprometimento dos resultados esperados e diminuição da eficácia das medidas adotadas.						
AÇÃO PREVENTIVA					RESPONSÁVEL	
Plano de comunicação a ser utilizado ao longo da execução dos serviços, workshops de sensibilização com gestores e colaboradores.					CONTRATADA	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA					RESPONSÁVEL	
Reforço da comunicação institucional, treinamentos e procedimentos de implantação para apoiar a adaptação.					GEAPES/DIPLAG/ CONTRATADA	

RISCO 05						
Descrição: Limitação ou atraso no acesso a dados internos.						
PROBABILID ADE	x	BAIXO		MÉDIO		ALTO
IMPACTO		BAIXO		MÉDIO	x	ALTO
DANO						
Interrupção do fluxo de trabalho, comprometimento da precisão do diagnóstico e possível solicitação de extensão de prazo pela contratada.						
AÇÃO PREVENTIVA					RESPONSÁVEL	
Designação de pontos de contatos nas áreas estratégicas e definição de um fluxo para o fornecimento de informações.					GEAPES/DIPLAG	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA					RESPONSÁVEL	
Intervenção da Diretoria Executiva para priorização da demanda.					GEAPES/DIPLAG	

ANEXO I.B – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

1. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

1.1. As Propostas Técnicas conterão todos os atestados, declarações e quaisquer outros documentos que serão necessários para aferição de sua nota técnica, que será calculada conforme o especificado neste anexo.

1.2. As Propostas deverão apresentar Metodologia e Organização dos Trabalhos, Experiência da Empresa Licitante, Formação Acadêmica da Equipe Técnica e Experiência da Equipe Técnica, nos termos a seguir expostos:

2.1. FATOR A – METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS: (máximo recomendado de cinco páginas).

a) **Metodologia** – Será analisada a proposta de metodologia relacionada aos produtos a serem apresentados, incluindo a descrição e as ações das etapas a serem desempenhadas no projeto, conforme descrito no Termo de Referência. Serão considerados os aspectos metodológicos correlacionados às ações propostas pela Licitante, incluindo métodos de trabalho e ferramentas para a análise dos produtos, para a obtenção dos resultados esperados na execução dos serviços objeto desta solicitação de proposta.

b) **Organização** – Serão analisadas a organização e a composição da equipe técnica proposta pela empresa licitante, abrangendo, mas não se limitando, a atribuição de responsabilidades e o cronograma de atividades da equipe como apresentado na Proposta Técnica. A análise inclui como a empresa licitante pretende se organizar para a condução das atividades e o pessoal que pretende alocar, nas diferentes fases dos serviços, de acordo com a metodologia que propõe.

2.2. FATOR B – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE

2.2.1. Demonstração de experiência da licitante em análise e desenvolvimento de estudo, elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS), Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a ser comprovada por meio de atestado, declaração ou certidão, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que figure o nome da empresa licitante na condição de “contratada”.

2.3. FATOR C – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA

2.3.1. A empresa licitante deve apresentar a relação nominal dos profissionais que comporão a equipe técnica, acompanhada dos respectivos currículos e compromisso firmado pela PROPONENTE, assegurando que os profissionais por ela indicados, que comporão a equipe técnica, participarão dos serviços objeto desta licitação, conforme modelo do ANEXO I.C – MODELO DE RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA COM COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO.

2.3.1.1. A equipe técnica mínima para a realização dos serviços objeto desta licitação deverá ser composta de 3 (três) profissionais, exercendo as funções de Responsável Técnico, Coordenador Geral e Assistente, observando os requisitos a seguir:

a) Os integrantes da equipe devem possuir experiência em Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS) e Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR);

b) Pelo menos um dos membros deve possuir graduação em Administração ou Gestão de Recursos Humanos, e os demais em alguma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Psicologia, Direito ou Gestão de Recursos Humanos, todos devidamente registrados no conselho de sua respectiva área; que exercerão a função de Responsável Técnico,

Coordenador Geral e Assistente, com experiência em Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS) e Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR);

c) Possuir cursos de formação complementar e/ou cursos de especialização nas áreas de Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS) e Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

2.3.1.2. Não será aceita a substituição dos membros da equipe de trabalho, exceto por razões imperiosas e fora do controle da empresa contratada, desde que sejam devidamente comprovadas e aceitas pela CONTRATANTE. Nesse caso, o profissional substituto deverá possuir qualificação e experiência equivalentes ou superiores às do originalmente indicado, podendo a CONTRATANTE solicitar, a seu critério, documentação complementar ou entrevista para avaliar e aprovar sua adequação.

2.3.2. A comprovação dos serviços realizados será feita através de ATESTADO, DECLARAÇÃO OU CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO que comprove(m) a execução de serviços prestados na área, devidamente reconhecida pelo respectivo conselho de classe profissional competente, quando houver.

2.3.3. Para efeito de qualificação técnica, a empresa contratada deverá ser analisada tecnicamente nos termos do disposto neste Anexo.

2.3.4. A LICITANTE/PROPONENTE deverá apresentar o Currículo de todos os profissionais elencados na proposta técnica, conforme especificado neste anexo, acompanhado da documentação comprobatória da formação acadêmica e da capacitação profissional, incluindo diplomas, certificados ou documentos equivalentes.

2.3.5. A COMISSÃO ou a ADECE poderá, a seu critério, exigir esclarecimentos adicionais e/ou comprobatórios sobre a documentação incluída na Proposta Técnica.

Tabela 1 – Resumo da Avaliação da Pontuação Técnica

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO TÉCNICA MÁXIMA
FATOR A. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS <ul style="list-style-type: none">Análise de proposta de metodologia relacionada aos produtos a serem apresentados, incluindo a descrição e as ações das etapas a serem desempenhadas no projeto, conforme descrito no Termo de Referência. Serão considerados os aspectos metodológicos correlacionados às ações propostas pela licitante, incluindo métodos de trabalho e ferramentas para a análise dos produtos, para a obtenção dos resultados esperados na execução dos serviços objeto desta solicitação de proposta.Análise da organização e composição da equipe técnica proposta pela empresa licitante, abrangendo, mas não se limitando, a atribuição de responsabilidades e o cronograma de atividades da equipe como apresentado na Proposta Técnica. A análise inclui como a empresa licitante pretende se organizar para a condução das atividades e o pessoal que pretende alocar, nas diferentes fases dos serviços, de acordo com a metodologia que propõe.	20
FATOR B. EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE	40

<ul style="list-style-type: none">Atestado, declaração ou Certidão fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que figure o nome da empresa licitante na condição de “CONTRATADA”, comprovando a experiência em análise e desenvolvimento de estudo, elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS), Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).	
FATOR C. EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA <ul style="list-style-type: none">Atestado, declaração ou Certidão fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a experiência em Análise e desenvolvimento de estudo para elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS), Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).Cursos de formação complementar e/ou cursos de especialização nas áreas de Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS) e Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).	40
PONTUAÇÃO MÁXIMA	100

3. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

3.1. Para a determinação da pontuação técnica, serão considerados os fatores relacionados neste ANEXO, declarados na proposta técnica e/ou em documentos integrantes.

3.2. A Comissão Técnica de Análise dos órgãos de origem, neste caso a ADECE, determinará a PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT) de cada LICITANTE habilitada, mediante os critérios estabelecidos neste ANEXO, aplicando a seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT) = FATOR A + FATOR B + FATOR C, onde:

FATOR A – METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

FATOR B – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE

FATOR C – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA

3.3. Será atribuída a Pontuação Técnica (PT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme os critérios definidos.

3.3.1. A pontuação mínima exigida (FATOR A + FATOR B + FATOR C) é de 50 (cinquenta) pontos.

4. PONTUAÇÃO DOS FATORES

4.1. FATOR A – METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

4.1.1. Para o quesito A - METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS será atribuído o máximo de 20 (vinte) pontos definidos no quadro abaixo, conforme a seguir detalhado:

a) A1 - A proposta deverá descrever a Metodologia adotada na realização dos serviços em que a empresa licitante demonstre o conhecimento do problema.

b) A2 - A proposta deverá descrever a Organização dos Trabalhos, apontando quais tipos de metodologias, ferramentas e recursos serão empregados na execução.

Tabela 2 – Pontuação da Metodologia e Organização dos Trabalhos

A	CRITÉRIO	NÃO APRESENTOU	INSATISFATÓRIO	REGULAR	ADEQUADA AO REQUERIDO
A1	METODOLOGIA	0	2	5	10
A2	ORGANIZAÇÃO	0	2	5	10

4.2. FATOR B – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE

4.2.1 Para o quesito B - EXPERIÊNCIA DA LICITANTE será atribuído o máximo de 40 (quarenta) pontos. Esse quesito será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, conforme definido no quadro abaixo.

Tabela 3 – Pontuação da experiência da empresa licitante

EXPERIÊNCIA DA LICITANTE	PONTUAÇÃO			
Atestado, Declaração ou Certidão fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que figure o nome da empresa licitante na condição de “CONTRATADA”, comprovando a experiência em Análise e desenvolvimento de estudo para elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS), Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).	1 atestado	2 atestados	3 atestados	4 atestados
	10 pontos	20 pontos	30 pontos	40 pontos
MÁXIMO DO FATOR B – 40 PONTOS				

4.3. FATOR C – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA

4.3.1 Para o quesito C - EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA será atribuído o máximo de 40 (quarenta) pontos. Esse quesito será avaliado atribuindo-se pontuação à Equipe Técnica da LICITANTE, conforme definido no quadro abaixo.

Tabela 4 – Pontuação da experiência da equipe técnica

EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Responsável Técnico , profissional de nível superior com experiência comprovada em Análise e desenvolvimento de estudo para elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários - PECS, Plano de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, por meio de Declaração, Certidão ou Atestado devidamente registrado no respectivo Conselho, quando houver, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. <ul style="list-style-type: none"> 1 Atestado, Certidão ou Declaração: 10 pontos 2 Atestados, Certidões ou Declarações: 15 pontos 	15
Coordenador Geral , profissional de nível superior com experiência comprovada em Análise e desenvolvimento de estudo para elaboração,	

implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários - PECS, Plano de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, por meio de Declaração, Certidão ou Atestado devidamente registrado no respectivo Conselho, quando houver, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. . <ul style="list-style-type: none">• 1 Atestado, Certidão ou Declaração: 10 pontos• 2 Atestados, Certidões ou Declarações: 15 pontos	15
Assistente , profissional de nível superior com experiência comprovada em Análise e desenvolvimento de estudo para elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários - PECS, Plano de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, por meio de Declaração, Certidão ou Atestado devidamente registrado no respectivo Conselho, quando houver, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. <ul style="list-style-type: none">• 1 Atestado, Certidão ou Declaração: 5 pontos• 2 Atestados, Certidões ou Declarações: 10 pontos	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	40

4.3.2 No tocante ao quesito C - EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA, cada alínea deve corresponder a um profissional distinto. Por essa razão, cada profissional só poderá receber pontuação em uma alínea.

5. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

- a) Não atendam às exigências.
- b) Não apresentem a relação nominal dos profissionais da Equipe Técnica acompanhada dos respectivos currículos e Compromisso de Participação firmado pela Proponente.
- c) Não apresentem Equipe Mínima de 3 (três) profissionais, conforme previsto.
- d) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- e) Estejam incompletas em virtude de omissão ou insuficiência de informação, bem como aquelas que contenham limitação ou condição contrastante com as disposições deste edital.
- f) Apresentem PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT) inferior a 50 (cinquenta) pontos.
- g) Não obtenham pontuação mínima em qualquer dos Fatores A, B e C, nos seguintes termos:
 - FATOR A – METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS, a pontuação mínima será de 10 (dez) pontos;
 - FATOR B – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE, a pontuação mínima será de 20 (vinte) pontos;
 - FATOR C – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA, a pontuação mínima será de 20 (vinte) pontos.

6. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

6.1. Será atribuído a cada proposta um ÍNDICE TÉCNICO (IT) calculado em função da Maior Pontuação Técnica obtida pelos licitantes, nos termos a seguir:

$$IT = \frac{PTP}{MPT}, \text{ onde:}$$

IT = ÍNDICE TÉCNICO

PTP = PONTUAÇÃO TÉCNICA da PROPOSTA em análise.

MPT = MAIOR PONTUAÇÃO TÉCNICA entre todas as Propostas em análise

6.2. Os índices assim obtidos devem ser arredondados até a segunda casa decimal de acordo com os critérios da NBR 5891 – ABNT.

7. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. A avaliação das Propostas de Preços das licitantes será representada pelo ÍNDICE DE PREÇO(IP) correspondente, apurado por meio da fórmula abaixo:

$$IP = \frac{MPG}{PGP}, \text{ onde:}$$

IP = ÍNDICE DE PREÇO

MPG = MENOR PREÇO GLOBAL ofertado entre os licitantes

PGP = PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA em avaliação

8. AVALIAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

8.1. A AVALIAÇÃO FINAL (AF) de cada LICITANTE será calculada mediante a seguinte fórmula:

$$AF = (70 \times IT) + (30 \times IP), \text{ onde:}$$

AF = AVALIAÇÃO FINAL

IT = ÍNDICE DE TÉCNICA

IP = ÍNDICE DE PREÇO

8.2. A AVALIAÇÃO FINAL (AF) será usada como critério de classificação final.

8.3. Será julgada vencedora a LICITANTE que obtiver a MAIOR AVALIAÇÃO FINAL (AF), ficando as demais classificadas em ordem decrescente de AF.

8.4. Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate, dispostos no art. 55 da Lei 13.303/2016, para o qual todas as licitantes serão convocadas:

I – Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III – Os critérios estabelecidos no art. 60 da lei nº 14.133/2021.

IV – sorteio.

8.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

O julgamento do certame se dará pelo critério combinação de técnica e preço considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e de técnica, calculadas por pontuação atribuída para cada Fator de Avaliação, que consistirá num conjunto de requisitos de qualificação a serem pontuados conforme documentos apresentados pelos licitantes, em atendimento às regras do processo licitatório. As propostas serão classificadas de acordo com a Avaliação Final, nos termos da fórmula acima descrita.

ANEXO I.C – MODELO DE RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA COM COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO

Prezados Senhores,

Pelo presente, como representante legal da empresa _____, assumo o compromisso de que os profissionais abaixo relacionados e nominados participarão dos serviços objeto do presente certame, conforme atribuições profissionais discriminadas, admitindo-se no decorrer dos serviços a substituição desses profissionais por outros com qualificação e experiência equivalente ou superior, havendo razões imperiosas e fora do controle da contratada, desde que aprovada pela ADECE.

NOME DO PROFISSIONAL	CATEGORIA PROFISSIONAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA

Fortaleza – CE, __/__/2026.

Representante Legal

ANEXO I.D - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS

REF: PROCEDIMENTO REGIDO PELA LEI Nº 13.303/2016, CUJO OBJETO É A LICITAÇÃO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO, ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE EMPREGO, CARREIRAS E SALÁRIOS (PECS), APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR), VISANDO APLICAR TÉCNICA MAIS VIÁVEL AO MODELO DE NEGÓCIO DA ADECE.

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, abaixo assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, optou em não realizar visita técnica pois possui conhecimento suficiente dos elementos técnicos relacionados aos serviços a serem realizados na ADECE e que não poderá alegar a falta de visita técnica como justificativa de eventual pretensão de acréscimos de serviços ou exclusão de escopo contratual.

Fortaleza – CE, __/__/2026.

Representante legal
Assinatura legível ou seguida de carimbo

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Edital Eletrônico nº 20260002

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.
- O objeto contratual terá garantia de _____ (_____) _____.

3. Formação do Preço

GRUPO/ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MODELO DE FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es) da futura Contratada, indicando(s) para assinatura do Contrato:

NOME : _____

NACIONALIDADE : _____

ESTADO CIVIL : _____

PROFISSÃO : _____

RG : _____

CPF : _____

DOMICÍLIO : _____

CIDADE : _____

UF : _____

FONE FIXO : _____

CELULAR : _____

E-MAIL : _____

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

REF: PROCEDIMENTO REGIDO PELA LEI Nº 13.303/2016 - EDITAL DE LICITAÇÃO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRODUZIR, REALIZAR, IMPLANTAR EVENTOS FÍSICOS, PRESENCIAIS E VIRTUAIS EM GERAL, ROADSHOWS E MISSÕES DE INTERESSE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. – ADECE, NOS MERCADOS NACIONAL E INTERNACIONAL, SOB DEMANDA, PELO PERÍODO DE 24 MESES.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ endereço _____ receita bruta no valor de R\$ _____, é _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento acima descrito.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DEVIDAMENTE COMPROVADO

ANEXO V – MODELO DE PRORROGAÇÃO E REVALIDAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local e data

À Comissão Especial de Licitação 06

REF: PROCEDIMENTO REGIDO PELA LEI Nº 13.303/2016 - EDITAL DE LICITAÇÃO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRODUZIR, REALIZAR, IMPLANTAR EVENTOS FÍSICOS, PRESENCIAIS E VIRTUAIS EM GERAL, ROADSHOWS E MISSÕES DE INTERESSE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. – ADECE, NOS MERCADOS NACIONAL E INTERNACIONAL, SOB DEMANDA, PELO PERÍODO DE 24 MESES.

DECLARAÇÃO

Eu, _____ representante legal da empresa _____, DECLARO para fins de prova junto à Comissão Especial de Licitação ____, a **concordância** no tocante à prorrogação e revalidação da nossa Proposta de Preços antes do seu vencimento, por iguais e sucessivos períodos até a efetiva contratação.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI - ATESTADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

REF: PROCEDIMENTO REGIDO PELA LEI Nº 13.303/2016, CUJO OBJETO É A LICITAÇÃO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO, ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE EMPREGO, CARREIRAS E SALÁRIOS (PECS), APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR), VISANDO APLICAR TÉCNICA MAIS VIÁVEL AO MODELO DE NEGÓCIO DA ADECE.

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, abaixo assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, visitou as dependências da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE, na cidade de Fortaleza - CE, e tomou conhecimento da situação da ADECE, no que se refere ao Plano de Empregos, Funções e Salários existente, objeto do Edital de Licitação nº 20260002 e demais elementos que possam servir de subsídio à elaboração de proposta.

Fortaleza - CE, __/__/2026.

Kamila Pinto Ferreira
Fiscal do Contrato
Gerente Administrativa e de Pessoas

Maria Inês Cavalcante Studart Menezes
Gestora do Contrato
Diretora de Planejamento e Gestão

ANEXO VII– MODELO DO TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 20260002

PROCESSO Nº _____

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que opto pela não realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços de _____. DECLARO ainda que, tenho conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo, assumo inteiramente a responsabilidade ou consequências que, por ventura, decorram desta omissão.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

ANEXO VIII – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
(O)A _____ E (O) A _____,
ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE
SE DECLARA.

O(A _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital Eletrônico nº 20260002, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital Eletrônico nº 20260002, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços para análise, desenvolvimento de estudo, elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS), Aprimoramento da Política de Avaliação de Desempenho e Plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), visando aplicar técnica mais viável ao modelo de negócio da ADECE, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE.

4.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no Anexo I. A - Da Matriz de Risco, do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ ____ (____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 07/04/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias

corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

I. Data e hora do incidente;

II. Data e hora da ciência pela PARTE responsável;

III. Descrição dos dados pessoais afetados;

IV. Número de titulares afetados;

V. Relação dos titulares envolvidos;

VI. Riscos relacionados ao incidente;

VII. Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;

VIII. Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;

IX. Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

X. O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

I. Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;

II. Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;

III. Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no item 14 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa..

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a ADECE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e art. 165 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência

13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota fiscal ou instrumento equivalente e rescisão contratual, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada apenas a multa.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota fiscal ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;

d) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor da nota fiscal o ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência;

e) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela ADECE.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ADECE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. A multa a que porventura a contratada der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a ADECE o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

13.3. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a contratada recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da ADECE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade, previsto no Capítulo V, Seção VII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

13.5. As sanções previstas em 11.1.1 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

13.6. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.2.3. Indenizações e multas.

14.3. A ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 160, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE, será causa para sua rescisão, na forma do art. 161 do mesmo diploma legal.

14.4. A rescisão do contrato, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303/2016 permite à CONTRATANTE, nos termos do art. 162 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE:

14.4.1. Executar a garantia contratual, para eventuais ressarcimentos, bem como para o adimplemento de multas e indenizações porventura devidas pela contratada.

14.4.2. Reter créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à ADECE.

14.5. A qualquer tempo, a CONTRATANTE mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, poderá rescindir este contrato por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, desde que justificada, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios da ADECE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8,078/1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento conforme disposto no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos do

CONTRATANTE, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei Federal nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

18.2. A execução contratual será gerenciada pelo(a) Diretor(a) da Diretoria de Planejamento e Gestão - DIPLAG, a Sra. Maria Inês Cavalcante Studart Menezes, especialmente designado(a) para este fim pela ADECE, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual, conforme previsto no art. 148 e demais dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

18.3. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Gerente da Gerência Administrativa e de Pessoas, a Sra. Kamila Pinto Ferreira, especialmente designado(a) para este fim pela ADECE, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual, conforme previsto no art. 148 e demais dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ADECE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)